

REDES E ENCONTROS NO TRABALHO EDUCATIVO JUVENIL

Coordenador: GISLEI DOMINGAS ROMANZINI LAZZAROTTO

A Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal e a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul vêm desenvolvendo projetos de trabalho educativo para adolescentes que cumprem medida sócio-educativa, numa parceria que envolve a Fundação de Atendimento Sócio Educativo-FASE, o Programa de Execução de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto- FASC e a UFRGS/Projeto de Extensão "ESTAÇÃO PSI". O objetivo desta articulação interinstitucional é discutir as estratégias de manutenção e ampliação das ações de trabalho educativo juvenil. No período de novembro de 2004 a abril de 2005, foram realizados encontros das equipes destas instituições possibilitando a socialização de experiências e o reconhecimento da potencialidade promovida pelas ações compartilhadas enquanto rede. Neste processo, foi verificada a necessidade de articular ações para avançarmos na consolidação destas iniciativas, tanto nos processos operacionais, através da qualificação dos profissionais que participam desta rede, como em relações ampliadas envolvendo os executores das políticas públicas da Infância e da Adolescência. Já na primeira etapa deste processo (2005/01), a UFRGS acompanhou o decorrer dos encontros, sistematizando discussões e contribuindo na formação desta Rede de Trabalho Educativo. Esta ação vincula-se ao convênio firmado com a Procuradoria da República PRRS-MPF, conforme assessoria em desenvolvimento desde 2002 ao projeto Abrindo Caminhos, bem como ao conjunto de ações do projeto de Extensão ESTAÇÃO PSI/UFRGS na formulação metodológica em políticas pública juvenis. Considerando a trajetória desta primeira etapa, a equipe formada por representantes de todas as instituições envolvidas formulou o projeto de extensão "Seminário de Trabalho Educativo: construindo olhares e ações em políticas para a juventude", com os objetivos de ampliar o diálogo interinstitucional em políticas públicas juvenis e possibilitar a formação continuada das equipes envolvidas. Este evento ocorre com encontros mensais desde junho, com planejamento até dezembro deste ano, tendo como público equipes em serviço com jovens em trabalho educativo; profissionais e estudantes vinculados às instituições atuantes e/ou interessadas na criação da Rede de Trabalho Educativo. Os encontros contemplam os seguintes objetivos: 1. Abordar as possibilidades de acesso e modos de se relacionar entre os Programas de Trabalho Educativo e os serviços voltados para a Infância e a Adolescência no Município de Porto Alegre em políticas públicas de saúde. 2. Promover uma interlocução com áreas do conhecimento (serviço social, psicologia

e antropologia) e suas diferentes abordagens da família do adolescente. 3. Debater a função educativa de programas vinculados ao trabalho educativo e aos processos de medida sócio-educativa. 4. Conhecer ações do sistema judiciário estadual no contexto da infração juvenil. 5. Discutir as possibilidades de encaminhamento e inserção dos jovens no mercado de trabalho, após o término do estágio. 6. Avaliar o processo de discussão promovido no evento e definir encaminhamentos para manutenção e ampliação da rede. Todas as temáticas estão sendo abordadas em seus pontos de encontro com os programas de Trabalho Educativo realizados na Justiça Federal, na Procuradoria da República do Rio Grande do Sul e Tribunal Regional Federal 4ª Região. Também são realizadas reuniões, no período entre as apresentações, com a equipe executora para planejamento e avaliação permanente. O envolvimento de alunos de graduação desta e de outras universidades na formulação e execução desta proposta, em especial através de estágios curriculares, destaca a importância da extensão operar com o ensino. A discussão promovida pela Psicologia Social na graduação para sustentar esta extensão-intervenção é produzida na interlocução conceitual com os autores Michel Foucault e Gilles Deleuze. A problematização da concepção de rede parte da análise de relações de poder como forças que podem potencializar a produção coletiva e deflagrar questionamentos dos modos de governar e subjetivar instituídos, promovendo outros modos de operar as políticas públicas juvenis. A ampliação de atores institucionais em propostas de intervenção com adolescentes envolvidos com ato infracional produz novos sentidos. Neste contexto, a articulação de atividades de formação e extensão demarca um espaço de encontro e de potência desta rede, contribuindo na formulação de políticas públicas.